ILHA DO CARDOSO – “O OLHO MÁGICO”

Crismere Gadelha Tsukioka

RESUMO: Este ensaio procura refletir sobre o lugar da natureza no sistema de valores da sociedade brasileira a partir da comparação de duas apropriações sócio-culturais de um mesmo espaço, o da Ilha do Cardoso, transformada em Parque Estadual em 1962. Este artigo procura refletir se a forma encontrada pela sociedade brasileira para preservar a natureza, expressa pelo próprio conteúdo dos diplomas legais, não representaria uma espécie de edenização do mundo natural; e consequentemente, voluntária ou involuntariamente, através destes diplomas a sociedade não estaria reproduzindo a dicotomia natureza-cultura, tão própria da cultura ocidental, e que as ciências sociais têm observado a partir de um complexo sistema de atribuição de valores, definidores inclusive das relações entre os homens, de seus lugares sociais.

UNITERMOS: Antropologia, Temática Ambiental-São Paulo, Sistema de Valores.

*Pegar um microscópio composto e perceber que a sua gota de vinho é no fundo um mar Vermelho, que a poeira da asa das borboletas é uma plumagem de pavão, o bolor um campo de flores e a areia uma porção de pedras preciosas“ (Jean-Paul Richter, *La vie de Fixlein*; citado por Gaston Bachelard em *A Terra e os Devaneios do Repouso*)*

Este ensaio tem por objetivo apresentar uma breve descrição e suscitar algumas reflexões de cunho antropológico sobre uma região de preservação ambiental do Estado de São Paulo, o Parque Estadual da Ilha

do Cardoso, localizado no município de Cananéia, litoral sul do Estado. Trata-se, porém, de uma reflexão pautada por um trabalho de pesquisa ainda em andamento, com relação ao qual prefiro não antecipar conclusões, mas tão somente suscitar questões.

Este texto possui uma forma um tanto quanto impressionista, pois procuro usar a imagem do olho mágico para estabelecer um paralelo com as experiências possíveis sobre a Ilha do Cardoso.

Há atualmente no mercado editorial um conjunto de livros intitulados *Olho Mágico*, que permite ao sujeito “desvendar” um espaço prospectivo sob um conjunto de configurações e de manchas coloridas estabelecidas sobre um plano, ou seja, observar um outro conjunto de configurações como que numa outra dimensão de espaço não dada imediatamente no primeiro nível de observação.

A analogia com o olho mágico é realizada para mostrar que por trás da configuração da natureza do PEIC¹, na forma de uma paisagem de grande valor cênico ou então de realidade ecológica de grande interesse científico, há outras dimensões de paisagem.

São duas as analogias possíveis para este trabalho. A primeira é que a experiência do olho mágico, no sentido do sujeito conseguir visualizar as formas atrás do plano, se assemelha ao modo como eu fui podendo ver as outras formas de apropriação da IC “atrás” da sua apropriação como Parque. A segunda analogia refere-se ao estilo deste ensaio. Pretende-se a partir da própria escritura, na forma de um relato de viagem, proporcionar ao leitor a sensação desta experiência. Trata-se de um recurso de expressão que objetiva transmitir ao leitor o modo através do qual os vários níveis de realidade da IC foram se apresentando à observadora. A idéia geral consiste em tentar suscitar no leitor a sensação – conforme gosto de assinalar – de “desvendamento” de uma simultaneidade de tempos e espaços.

1 Farei uso diversas vezes neste ensaio apenas das iniciais PEIC para Parque Estadual da Ilha do Cardoso e IC para Ilha do Cardoso. Com relação a citação de trechos de entrevista indicarei as iniciais do entrevistado e a data dos depoimentos.

O item *turista em (des)concerto da Ilha* é a expressão da caracterização e da transformação de um olhar e de um saber, ao mesmo tempo o da turista e o da pesquisadora. Não poderia ser diferente quando pretende-se trabalhar com sistema de valores ou ideologias e quando o seu próprio sistema configura uma forma particular de se apropriar dos espaços, de conceber o mundo natural e de se relacionar com a natureza.

No subitem *a poética da natureza*, chamo a atenção para os aspectos ecológicos e paisagísticos. A presença de certas formações naturais e minha ignorância sobre elas, somadas a certas imposições contextuais de caráter legal e, ainda, a certos indícios sócio-econômicos, pareciam ocultar um profundo significado histórico-econômico e sócio-cultural ali presentes, que vão sendo retomados em *a poética do sítio*.

No item *a ilha e seus monumentos*, reflito acerca de pelo menos um dos vários aspectos que emergiram da narrativa. Refiro-me à idéia de enfocar o Parque enquanto um monumento natural e, assim, baseada em Jacques Le Goff (1990), encará-lo como um documento que tem algo a dizer sobre a sociedade que o erigiu.

TURISTA EM (DES)CONCERTO DA ILHA

Desde a primeira vez que ouvi falar da Ilha do Cardoso, não pude evitar recordar-me d'*A Ilha do Tesouro* (Robert L. Stevenson), *Robinson Crusoe* (Daniel Defoe), *Moby Dick* (Herman Melville), *Os Trabalhadores do Mar* (Victor Hugo) onde, parece-me, a aventura consiste na relação homem, com letra minúscula, e natureza, com maiúscula, quando então a sanidade física e mental somente resiste às custas de uma batalha “corpo-a-corpo” entre homem e natureza, seja esta última sob a forma do mar, da mata, dos animais ou, até mesmo, de um OUTRO homem que nela se confunda por um certo estado de natureza.

Mas cada um dos clássicos acima citados configura uma idéia de natureza. Assim, em *A Ilha do Tesouro*, devido à sua condição de Ilha, deserta, distante e de difícil acesso, a natureza assume o caráter anti-social, pois acoberta o espúrio: refúgio de piratas, homens marginais à sociedade, maus e cruéis, que vivem de saquear, contrabandear e matar sem escrúpulos. Em *Robinson*, a civilização, o racional vence a natureza, ela é domesticada; enquanto que Moby Dick encarna o próprio mar, sua grandiosidade e furor, e arrasta para o abismo bons e maus homens pois, neste caso, o elemento não se deixa domesticar. Em *Os Trabalhadores do Mar*, o homem conhece e reconhece o domínio da natureza e sabe, não sem desgastes físicos, direcionar para os seus objetivos as energias que o mar e os ventos somados às rochas condensam num determinado lugar. Neste caso, enquanto o homem deseja ardentemente a vida, sua força de resistência às intempéries é semelhante à força dos elementos que o circundam, e neste aspecto se identificam homem e natureza, mas quando sua razão de viver desvanece não é necessário o furor do mar para sua sepultura, o leve movimento das marés é suficiente.

Se eu me afastasse da mera impressão que a literatura pode me causar e pensasse nela como fonte de informações, teria que recorrer a historiadores como Keith Thomas (1988), Alan Corbin (1989), Raymond Williams (1989) e outros para traçar através da literatura e outras formas de arte, como a poesia ou a pintura, a história das concepções de natureza e sensibilidades que permearam a relação do homem com o mundo natural em diferentes períodos da história ocidental.

Mas, o primeiro contato que tive com a região foi, na realidade, através da perspectiva de uma viagem a passeio cheia de idéias interessantes em torno de estórias contadas a mim por pessoas que já conheciam o local: estórias de piratas, grutas misteriosas, ossadas de baleia, sambaquis, fantasmas de escravos, etc. A condição de Ilha, de Parque Estadual e a dificuldade de acesso a Marujá, considerada o balneário turístico do Parque,

pareceu-me na época motivos a mais para alimentar a idéia de um lugar praticamente deserto².

A POÉTICA DA NATUREZA³

Quem já teve a oportunidade de fazer um passeio de Cananéia até a IC não pôde deixar de se encantar com as belezas naturais do trajeto.

Ao contornarmos com o barco o Morro São João em Cananéia, em direção à baía de Trapandé, já avistamos a IC. Uma massa de um verde escuro, à semelhança de uma serra, com destaque para algumas formações montanhosas mais altas (a maior possui 900 metros de altitude), se contrapõe ao céu e às águas que a desenham no horizonte. Por vezes uma neblina branca cobre o cimo das montanhas, cujas encostas podem estar pinceladas de rosa e lilás pelas quaresmeiras em flor. Das águas à terra firme o mangue reina, ora mais seco, ora mais cheio, dependendo da estação, e em suas árvores de raízes quase verticais e desnudas ostras, garças, caranguejos, biguás residem atentos.

Quando se toma a barca pública em Cananéia, cruzando-se inicialmente a baía de Trapandé para em seguida entrar pelo canal que separa a Ilha do continente, chamado canal de Ararapira, até Marujá, são praticamente três horas de viagem e de admiração pelas belezas e contornos da IC (à esquerda de quem tem as costas voltadas para Cananéia, sentido norte-sul), cuja área total é de 22.500 ha (aproximadamente 30 Km de um pontal a outro, com largura máxima de 10 Km (Almeida, 1946c). Trata-se de

²Cananéia se distancia de São Paulo 320 Km através da BR 116 (Regis Bitencourt), que são percorridos de ônibus entre cinco e seis horas. De Cananéia até Marujá são mais 30 km que, em função da potência da maior parte das embarcações particulares de Cananéia e a da barca pública, pode custar até três horas a mais de viagem.

³Uma primeira versão de *a poética da natureza e a poética do sítio*, sob o o título “De Itaquiara a Parque Estadual da Ilha do Cardoso: O Sentido da Mudança”, foi publicada nos Anais de Etologia (n.12) do XII Encontro de Etologia de 1994.

uma ilha de origem continental, ou seja, ilha que outrora estivera ligada ao continente e deste se separou graças a variações do nível do mar (Ângelo, 1989), o que significa que as montanhas da IC fazem parte da Serra do Mar. Sua formação vegetal compõe o Domínio da Mata Atlântica, de cuja mata original resta hoje menos de 5% protegidos por inúmeras leis de preservação dentre as quais a de 03 de julho de 1962 (Decreto-Lei 40319), que cria o PEIC, é um dos primeiros atos legais de caráter preservacionista do Estado de São Paulo⁴.

A não ser que o passageiro distraia-se com a leitura de um livro, tire uma soneca ou perca tempo irritando-se com o barulho do motor da barca, estas três horas de viagem permitem uma verdadeira terapia mental, daquelas que causam torpor ou devaneios. Neste caso, para além da majestade das montanhas e árvores, tudo leva ao devancio: o movimento das águas e dos ventos, dos peixes, tartarugas, botos, patos, gaivotas; o apito da barca, que somente notamos ser um sinal ao divisarmos do meio do manguezal uma canoa que traz ou vem buscar alguém ou alguma coisa à barca; as inúmeras curvas do canal pontilhadas por cercos de pesca (armadilhas para peixe em forma de espiral feita de taquaras fixadas no fundo do canal e próximas ao mangue); a variação de formas de outras embarcações (das lanchas modernas às canoas de um só pau); enfim, a aproximação de Marujá e o descortinar de outra paisagem.

Em minha primeira visita à Ilha, eu desconhecia o fato de ali viver uma população, pois as poucas informações que eu tinha reduziam-se ao apelo paisagístico do lugar e à possibilidade de, eventualmente, cruzar-se com um ou outro pescador. Mas, de longe já se podia observar, dispostos ao longo do canal, uma carreira de casas e barracões (locais onde se guarda apetrechos de pesca, como barcos e redes), dois trapiches (porto de

⁴Sobre legislação de proteção ambiental que inside sobre as ilhas do litoral paulista ver Ângelo (1989), sobre as de conservação da Mata Atlântica, nível Federal e Estadual, ver Fundação SOS Mata Atlântica (1992) e, ainda, acerca das unidades de conservação e áreas correlatas no Estado de São Paulo ver Silva & Fornasari Filho (1992).

desembarque), alguns cercos e uma placa da Secretaria do Meio Ambiente onde se pode ler “Parque Estadual da Ilha do Cardoso – Marujá”, tudo isto pincelado com pequenos pontos coloridos, as barracas dos campistas, os chamados barraqueiros pelos habitantes de Marujá. Enfim, Marujá não era apenas o nome de uma praia conforme haviam me dito.

Marujá compreende uma média de 30 casas de moradores permanentes. Paralelamente à pesca seus moradores trabalham também com o turismo, fundamentalmente, mas não exclusivamente, nos períodos de temporada de férias e feriados, oferecendo estadia em suas casas; água, banhos e refeições aos campistas e transportando-os em seus barcos no trajeto de Cananéia à Ilha ou conduzindo-os aos pontos mais pitorescos do lugar. Há ainda em Marujá uma Igreja católica, um posto de saúde, uma escola, algumas pousadas e alguns poucos bares que servem também de armazéns. Desta forma, o espaço “consumido” pelo turismo é ao mesmo tempo o meio de integração social de Marujá, o lugar de suas diversas atividades sócio-culturais, das econômicas às de lazer.

Aproximando-se de Marujá, porém, o que parece chamar mais a atenção, para além da grande concentração de casas e movimento de pessoas atraídas pela chegada da barca, é a paisagem. Se até então avistávamos apenas montanhas agora a ausência delas é total. A topografia é praticamente plana. Dos primeiros galhos de qualquer árvore próxima ao trapiche, olhando-se para o leste, ou seja, para o lado oposto de onde nos encontramos no canal, avistaremos o Oceano Atlântico, o mar grosso como dizem os canancenses.

O extremo sul da IC, onde está localizada Marujá, é uma extensa restinga semelhante a uma língua (Almeida, 1946c), de aproximadamente 18 km de comprimento e nos seus pontos mais largos com no máximo 1 km de largura, que se estende até o Estado do Paraná. Marujá está localizada praticamente no início desta restinga, no sopé do último morro da Ilha (para o lado sul), Morro do Tapera. Tanto o tipo de sedimentação como o tipo de vegetação aí encontrados são denominados de restinga. O solo é arenoso,

coberto em sua maior parte por gramíneas e vegetação rasteira; da praia para o canal há a formação de dunas devido ao movimento dos ventos e marés produzindo uma leve ondulação no terreno, na parte mais central entre a praia e o canal existe uma vegetação arbustiva mais densa.

A origem desta parte da IC, assim como da Ilha Comprida e da própria Ilha de Cananéia, enfim, de praticamente todo o Vale do Ribeira, não é continental como sua parte montanhosa, mas sedimentar, formada pelo acúmulo de pequenas partículas arenosas, consequência da ação do mar, dos rios e da destruição e transformação físico-químico-biológico (intemperismo) das rochas de terrenos elevados. Trata-se de um terreno mais recente que o da Serra do Mar (Oliveira, s.d.). Este processo de formação é contínuo e parece sofrer com o movimento das marés e tempestades, apresentando variações topográficas observadas por seus moradores em períodos de tempo relativamente reduzidos, se comparados aos grandes períodos analisados pela geologia. É como se o solo, à merce das marés, estivesse em constante movimento, tirando de um lado e colocando no outro.

Ora, a terra, a água, o fogo e o ar são os elementos cuja presença ou ausência marcam definitivamente a capacidade imaginativa (reprodutora e criadora) do homem, diria Gaston Bachelard. Impossível, quando estamos em contato direto com estes elementos, que Bachelard não nos inspire ao devancio, certamente em bases infinitamente desiguais daquelas de quem as tem vivido e experienciado em Cananéia.

No que diz respeito à região, não é apenas a migração dos sedimentos que nos chama a atenção, mesmo porque esta depende também do movimento das águas, ora calmas ora agitadas. Nunca devemos olhar apenas para a água e nos deliciarmos com seu movimento suave e relaxante sem observarmos conjuntamente o movimento dos ventos. Água calma e vento pode significar grandes tragédias, pois traiçoeiramente este vento é capaz, em segundos, de levantar grandes ondas de vários metros de altura e à primeira grande onda, não há dúvidas, outras seguirão e, a não ser por um

golpe de sorte ou milagre, sepultarão sob as águas o mais exímio pescador ou nadador. Assim tem acontecido inúmeras vezes na baía de Trapandê e na entrada de sua barra.

O que dizer então das águas agitadas? Ah, as tempestades, é como se o dilúvio estivesse sempre rondando e Deus quisesse “mostrar o castigo da sua cólera contra os habitantes deste País” (Almeida, 1951). Dilúvio é um termo que, não poucas vezes, se ouve em todo o Vale do Ribeira e parece ser um termo bastante próprio para os acontecimentos designados por ele. Já é bastante conhecido o caso das enchentes do Vale que resultou estudos sociológicos na década de 1960 procurando criar subsídios para a Secretaria dos Serviços e Obras Públicas, do Departamento de Águas e Energia Elétrica, para a implantação de uma barragem em Eldorado, no curso médio do rio Ribeira de Iguape (Pereira de Queiroz, 1967). Enfiado entre o oceano e a Serra do Mar, o Vale do Ribeira sofre os efeitos dos ventos marítimos que carregados de umidade resfriam-se ao encontrarem a barreira da Serra precipitando-se sob a forma de chuvas ou nevoeiros (Oliveira, s.d., p.14). Trata-se de região de alto índice pluviométrico.

Bem, voltemos a Marujá onde nossa viagem apenas começou. O traçado das ruas e casas praticamente respeita o traçado de um antigo loteamento em Marujá. Desta forma, há duas “ruas” em linha reta, no sentido do comprimento da restinga, cortadas por várias outras “ruas” menores que ligam o canal à praia. As ruas, como as estou chamando, são os caminhos por onde moradores e visitantes percorrem Marujá, que por demais batidas por tantos pés já não possuem mais nenhuma gramínea e por isso mesmo se destacam da vegetação lateral pela intensidade branca de sua areia. As ruas menores são muitas, seguindo-as todas levam o visitante até a praia. A cada duas ou três casas mais ou menos, ou melhor a cada quarteirão do traçado do loteamento, há uma destas ruas que raramente passa rente a uma construção, pois elas estão de uma forma geral ladeadas pela vegetação da restinga.

Do canal para a rua paralela mais próxima, respeita-se os trinta metros exigidos pelo Ministério da Marinha em terrenos de litoral, embora seja justamente nesta faixa que estão distribuídos a maior parte do comércio de Marujá (bares-armazéns) e, certamente, todos os barracões de pesca. Quase todas as casas estão com suas fachadas voltadas para esta primeira rua e, portanto, de frente para o canal. Nesta faixa estão localizadas, ainda, a escola e o posto de saúde. A Igreja e uma das mais antigas construções que servem de hotel a Marujá são praticamente as únicas construções erguidas na rua “dos fundos”, ou seja, naquela que está na retaguarda da faixa de casas acima descrita. A Igreja também está com a frente voltada para o canal e, uma vez localizada num terreno um pouco mais alto que os demais, tem-se a partir dela, e sobre o topo da densa vegetação central, uma vista panorâmica de todas as casas e do canal. Esta rua dos fundos praticamente divide ao meio a vegetação de restinga, a qual me referi acima. Desta forma, esta vegetação separa, por alguns metros, da rua de trás o fundo das casas; e separa, ainda, da praia a rua onde está localizada a Igreja.

Da rua da Igreja para praia são raras as construções. Uma casa de veraneio de dois andares aparentemente abandonada num lote próximo à praia chama em especial a atenção, talvez o que sobre de suas janelas, vazias para o além mar, e suas portas, sujeitadas aos desígnios dos ventos, suscitem no observador estórias da infância. Na praia a impressão é a de alguém que pisa pela primeira vez o solo dada a ausência de vestígios humanos. Quando nos distraímos um pouco pela praia e desejamos retomar o caminho de volta nosso olhar desatento e desacostumado percebe que localizar da praia a rua que para lá nos levou não é tarefa tão fácil, a restinga parece exatamente igual para qualquer lado que se olhe e aí pequenas entradinhas falsas nos enganam.

O horizonte para o sul parece infinito, a praia e a restinga se estendem a perder de vista. Caminhando para este lado quase nunca será visto outro ser humano, e o barulho do mar e das gaivotas, o movimento de vários e diferentes animais são a única companhia. Poderia ser exatamente

assim se a uns aproximadamente 6 quilômetros de Marujá não cruzássemos com uma chácara de veraneio, que corta a restinga, com frente para o canal e costas para a praia. O horizonte ao norte é barrado pelo morro do Tapera. Os turistas em Marujá quase sempre procuram saber o que tem atrás deste morro e descobrem uma outra praia, a praia do Laje, bastante longa também, embora diferente por localizar-se na parte montanhosa da Ilha. Para se atingir esta praia se atravessa o morro, da mesma forma que os moradores da Ilha, através de um caminho no meio da mata ou então pela encosta rochosa beira mar, e assim se procede para se atingir as outras praias da Ilha.

Nem todas as casas de Marujá são de moradores. Das 58 casas recenseadas, quase metade delas são propriedade de veranistas e estão fechadas a maior parte do ano, a não ser pelos cuidados dos caseiros, moradores de Marujá. A maior parte destas propriedades de veraneio foram adquiridas ainda na década de 50, vendidas por empresa imobiliária na forma de loteamento de terras compradas de alguns antigos moradores. A transformação em Parque em 1962 deu fim ao loteamento impedindo, inclusive, a construção de casas nos lotes já adquiridos, mas não tem podido evitar o turista que, muitas vezes a preços irrisórios, convence o morador tradicional a vender sua casa. Parece ter sido o que sucedeu com a chácara acima referida, construída em 1984 após ter sido comprado o terreno e a casa de um morador tradicional. A construção de novas casas é um dos impedimentos da legislação ambiental que tem prejudicado os próprios moradores desejosos de constituir novas famílias, desta forma, adquirir-se casas de veraneio por meio de compra das casas já existentes acaba sendo um dos únicos recursos que o turista dispõe para realizar seu sonho de possuir uma casa próxima à praia e à natureza.

Pode-se acrescentar que os embaraços na competência administrativa pela preservação ambiental criam enormes problemas às áreas protegidas. É dessa forma que pode ser entendido o conflito gerado para a IC a partir de setembro de 1992 devido a uma decisão do Supremo Tribunal Federal

(STF) de passar para a competência da União o PEIC, até então sob jurisdição do Estado de São Paulo⁵. “A decisão coloca a ilha em limbo, porque muitos passaram a acreditar que, como as terras são da União, o parque, criado pelo governo estadual, já não existe”⁶. Desta forma, num prazo aproximado de dez meses, cinco novas casas haviam sido construídas na restinga.

Conforme dados fornecidos pela prefeitura de Cananéia em dezembro de 1993, Marujá possui uma população de 174 pessoas. Quando a conheci, em 1987, uma parte da população atendia o turismo na época de temporada de férias e feriados recebendo-os em suas casas como diaristas. Para tanto, enquanto alguns cediam seus próprios quartos e salas, outros já haviam levantado dependências específicas para esta atividade, pois a reforma das casas já existentes não sofre da mesma forma o controle dos órgãos fiscalizadores. À época já existiam alguns prédios, dois com certeza, que possuíam o caráter de hotel ou pousada, mas de lá para cá, outras construções já assumiram este papel, assim como das residências que costumavam receber o turismo muitas tem investido na ampliação de seus cômodos.

É importante salientar, conforme Diegues (1973,1983), que desde aproximadamente o início deste século, mas, principalmente, a partir das políticas de incentivo para o desenvolvimento da indústria pesqueira nacional (Decreto-Lei n. 221 de 1967), a região tem se transformado em produtora de pescado. Mas, limitada pelo acesso à tecnologia (os incentivos fiscais beneficiaram apenas os empresários do setor pesqueiro), e por fatores de ordem ecológica (ecossistema estuarino), a região caracterizou-se economicamente como de pesca artesanal sujeita às consequências do sistema de exploração capitalista na pesca, que ignora ou desconhece os ciclos de reprodução das espécies (áreas e épocas próprias à desova e

⁵Vide *Jornal O Estado de S.Paulo*, 1993.

⁶Denúncia do deputado federal Fábio Feldman no *Jornal O Estado de S.Paulo*, 1993.

criação), causa a sobrepesca de espécies de grande valor no mercado, invade áreas destinadas à pesca artesanal, etc.

No entanto, uma outra ordem de fatores deve ser acrescentada pelo menos no caso dos moradores da IC que procuravam conciliar a pesca e a agricultura, ambos como fontes de renda, que com as leis de preservação e proteção ambiental foram expropriados de sua condição de lavradores. Não sendo mais possível plantar para comercializar e nem mesmo para suprir as exigências alimentares domésticas, parte desta população passou a ter na pesca seu sustento, somando a esta outras atividades como a de serviços prestados à demanda turística na época de temporada de férias ou feriados, que é o caso de Marujá.

Em Marujá, a pesca é voltada fundamentalmente para o mar interior ou região lagunar, com canoas (a remo ou motorizadas) ou pequenos barcos motorizados (as bateiras) realizando pesca de cerco fixo ou de espinhel. No mar de fora ou grosso, realiza-se ou a pesca de anzol nos costões rochosos ou a pesca de arrastão de praia, hoje bastante prejudicada pela pesca empresarial que tem causado a sobrepesca de algumas espécies, como por exemplo a da tainha. Fora da temporada turística, parte do pescado é reservado para o consumo doméstico e parte é entregue no CEAGESP em Cananéia. Já à época da temporada o pescado visa abastecer o próprio turismo, principalmente na forma de alimento, incluído na diária, ou refeições avulsas para o turismo de barraca, os barraqueiros ou campistas, que também povoam Marujá nesta época.

Mas esta face de balneário turístico e pequena produção pesqueira apresenta-se confundida com outras faces. Foi em conversas com as pessoas mais idosas de Marujá que o contraponto *tempo(espaco) antigo – tempo(espaco) presente* começou a delinear-se, pois diziam-me “aqui no sítio”, antigamente, podia-se plantar a rama, a mandioca, para se fazer a farinha, enquanto que nos dias de hoje se é obrigado a comprar a farinha e também a carne, que já teve fartura demais quando se podia caçar. De uma forma geral, portanto, as referências a este outro tempo, nostalgicamente referido

como o “tempo do sítio”, vinham ligadas à explicitação das restrições legais impostas à população em função do caráter de área de preservação, como a proibição da caça, do roçado, da criação de animais e outras atividades de usufruto dos bens naturais.

A POÉTICA DO SÍTIO

Quando duas pessoas, a pesquisadora e seu anfitrião, caminham juntos por uma estreita picada no meio da mata da IC, olham para a mesma paisagem e vêem “coisas” diferentes, um vê uma habitação ou um campo de roça onde o outro vê apenas árvores, aí é novamente Bachelard e sua poética do espaço que vem à lembrança. A pesquisadora sabe, pois observa no semblante de seu acompanhante e no tom de sua voz, que identificar o local onde outrora se erguera a casa de seus pais, de seus avós e bisavós, e onde passara a sua infância não se restringe ao gesto que o localiza; lá no fundo de seu ser imagens são evocadas. Na realidade, ele vê através do tempo e em alguns segundos repassa para si mesmo toda sua história. “Ao devaneio pertencem os valores que marcam o homem em sua profundidade. O devaneio tem mesmo um privilégio de autovalorização”, diria Bachelard (1988, p.113). Mas, aqui não se procederá, como em Bachelard, com o intuito de “encontrar a concha inicial” (1988, p.111), se chegará, quando muito, a se descrever tipos diferentes de habitações, formas diferenciadas de plantio e de plantas cultivadas, de colheita, de distribuição e/ou comercialização do produto do trabalho sobre a terra, mas, também, sobre a água e sobre a mata, que se sucederam no tempo e caracterizaram formações sócio-culturais e diferentes apropriações de um mesmo espaço.

Até então parecia existir apenas o PEIC e Marujá enquanto balneário permitido por legislação. Ou seja, enquanto Parque como algo que se define praticamente por fauna e flora, um ecossistema em equilíbrio, e enquanto Ilha a condição de um ambiente insular de frágil equilíbrio ecológico

(Ângelo, 1989), o que justifica a sua preservação. É difícil ver mais do que isto quando se está numa posição sócio-histórica que produz um certo efeito de sentido sobre o mundo natural, como o da apologia da natureza intocada e das belezas paisagísticas.

Esta imagem da Ilha alterou-se significativamente com o levantamento, em Cananéia, das famílias desapropriadas da Ilha pela época da implantação do Parque. Só então pude entender melhor o que conhecera em Marujá, pois a partir deste momento a IC “esfacelou-se” nos sítios que o PEIC havia engolido.

Em Cananéia, logo no dia seguinte ao dia que conheci uma das antigas famílias da Ilha lá estava eu como convidada para uma visita ao lado norte da IC. Neste passeio, além da pesquisadora, iam mais quatro pessoas: o dono da canoa e sua esposa, mais um irmão e uma irmã desta, sendo que a mais nova das quatro pessoas tinha uma idade aproximada de 53 anos e a mais velha 68 anos. Todas nasceram, se criaram e constituíram novas famílias na IC, de lá saindo, portanto, já adultas.

Iniciamos a viagem por volta das oito horas de uma manhã que prometia um belo dia de sol, depois de vários chuvosos, para percorrermos em aproximadamente uma hora, em canoa a motor, os 7 quilômetros de Cananéia até o local denominado sítio Salvaterra, onde desembarcaríamos. A baía estava com suas águas bastante calmas e não havia vento algum; ao longe, na entrada da barra, havia alguns barcos de pesca (entre oito a dez mais ou menos) saindo para o mar e formando uma espécie de procissão pela disposição que, de onde nós os víamos, formavam uns com os outros. Não posso deixar de me referir também aos botos e biguás que sempre nos distraem nestas águas – lá estavam eles como que para me alertar de que eles não povoam apenas os discurso dos ambientalistas e dos amantes da natureza intocada.

Já nos aproximávamos da margem e eu ainda não conseguia distinguir o local onde desembarcaríamos. Eu procurava um porto e só via mangue, procurava o rancho para onde íamos e só via o mangue e depois

deste a mata. Somente quando a canoa já estava bem próxima ao manguezal pude distinguir um pequeno rastro na lama por onde ela entraria.

A canoa parou a uns 15 metros da costa, onde ainda havia profundidade de água, pois devido ao seu motor ela não poderia avançar mais. Para desembarcarmos, assim como aos objetos que levávamos, foi necessário que nos transferíssemos para a outra canoa que vinha a reboque, de menores dimensões e sem motor. Dividiu-se o grupo em dois e foram feitas duas viagens. Para se atingir a terra firme foi necessário empurrar a canoa com os remos forçando o fundo do mangue em sua parte mais rasa e bastante alagadiça, o que é realizado, pareceu-me, sob um grande esforço físico de quem conduz a canoa.

Descemos numa parte mais seca do mangue e em seguida começamos a subir um terreno mais elevado de terra que deixava à vista aqui e acolá algumas rochas. O estridente canto das gralhas substituiu o barulho do motor da canoa e a vegetação também mudou; não estávamos mais entre as árvores características do mangue mas caminhando, numa picada quase imperceptível para mim, pela mata de encosta, de densidade e formas diferentes à vegetação que havíamos deixado mais a baixo. Esta mata, no entanto, é ainda diferente da localizada na serra, alguns quilômetros mais adiante. A diferença entre as duas deve-se: à maior ou menor distância do mar e dos efeitos da maresia; da quantidade de luz recebida; da altitude a que estão sujeitadas e, conseqüentemente, em variações de umidade, pois a mata que está em altitude mais elevada está mais sujeita às nuvens e neblinas (Fund. SOS Mata Atlântica, 1992; Oliveira.s.d.).

Estávamos no sítio Salvaterra pertencente à família que me convidara. Tenho certeza de que esta família não gostaria de ver seu sítio descrito da forma que fiz aqui, apenas nos seus aspectos ecológicos. Esta descrição, no entanto, faz jus à realidade sob a qual os diversos sítios da IC se reduziram em um momento histórico determinado que é o do Parque Estadual. A beleza do sítio Salvaterra e de outros tantos espalhados pelos

22.500 ha da IC está no tempo em que, pelo menos com relação à localização geográfica do sítio Salvaterra, podia-se vê-lo ali do canal, onde então haveria um porto, e as encostas do morro carpidas deixariam à vista as plantações de frutas, os ranchos, as pessoas nos seus afazeres diários.

Nada foi a definição dada a mim por um ex-sitiente da Ilha à minha pergunta sobre o que havia no local do sítio hoje⁷. Certamente que a definição é representativa de diferentes apropriações de um mesmo espaço. Se há naquele lugar a mata, que justifica a condição de Parque, não há nada para quem o tem como seu sítio de outrora, cuja apropriação ou posse se garante menos pelo documento, que porventura exista, e mais pelo trabalho nele realizado e na rede de relações entre os sítios, nas obrigações e deveres entre vizinhos e compadres. Foi esta condição de trabalhador que o Parque expropriou quando da desapropriação. Como bem se expressou um dos ex-sitiantes, membro de uma das famílias que permaneceu no seu sítio apesar da desapropriação, procurando refletir sobre a lógica da “perseguição” e ao mesmo tempo justificar sua atitude de resistência: “Perseguia, mas ainda que... [Sendo que se] morava aqui toda a vida, ninguém é proibido de trabalhar, ninguém, ninguém!” (JC-04/12/1993).

Entre a época dos sítios e hoje transcorreram-se aproximadamente 30 anos. Isto implica que a recuperação da Mata Atlântica esconde, por um lado, o processo histórico e sócio-cultural que deu origem aos sítios, e, por

⁷Os nascidos na Ilha do Cardoso referem-se à Ilha, na sua situação anterior ao Parque, como lugar de sítios. Uma definição mínima do sítio é a do lugar de localização de um conjunto de casas de famílias aparentadas, em cuja proximidade podem ser encontradas as árvores frutíferas (café, jabuticaba, laranja, limão), a criação de animais e o porto de desembarque. Distanciada das casas as roças, as capoeiras e a mata compõem o restante do ambiente dos sítios. Neste caso pude observar, conforme também Woortmann (1983, p.175), que a referência ao sítio “remete à família e a um processo de descendência”, pois, embora expropriados de sua condição de sitiantes em função do Parque, a relação família-sítio permanece ainda hoje. Assim, uma pessoa para falar dos sítios pode falar em nomes de família e vice-versa.

Sobre o sitiante tradicional paulista ver Candido (1987), Pereira de Queiroz (1967, 1973), Pereira de Queiroz & García (1968), Fukui (1979), Lecoq-Muller (1946), Mussolini (1980).

outro, o processo conflitivo de desapropriação da IC, bastante doloroso para os sitiantes. Ser “perseguido”, ser “escorraçado” de seu sítio são os termos utilizados pelos ex-sitiantes para definir a atuação do Governo através da figura d’o Florestal” (termo usado para referir-se ao guarda-florestal). A perseguição consistiu desde a destruição a facção da canoa do sitiante, à destruição das roças, à apreensão da caça destinada ao alimento da família, até a ostentação e utilização de armas de fogo como forma de intimidação, o que resultou, enfim, em contextos de grande tensão onde um estado de crise nervosa podia advir apenas pelo som longínquo do motor do barco do Florestal em suas quase ininterruptas rondas pelos sítios.

Estava sendo a primeira vez que eu me envolvia diretamente com o significado do “aqui no sítio”, que tantas vezes eu havia ouvido em Marujá. Confesso que a localização de Marujá na restinga, com o grande apelo paisagístico do mar, a ausência de roças, proibidas por legislação, a genérica categoria sócio-econômica de pescador – que procura definir não só os moradores de Marujá como a maior parte dos habitantes da zona lagunar e ribeirinha, inserindo-os, portanto, num contexto histórico-econômico específico que visa transformar a região em produtora de pescado –, tudo isto enfim me impedia de compreender e jogava uma infinidade de coisas no folclore, como os instrumentos para se fabricar a farinha, o processo de fabricação de açúcar, as formas de socar o arroz, os hábitos dos animais de caça, o desejo de se comer carne vermelha, etc.

Quem se depara com o Decreto n. 40319, de 03 de julho de 1962, percebe que ele não necessariamente ignora a presença de vida humana na Ilha. Por um lado, se incorpora à idéia de preservação a defesa das jazidas pré-históricas do homem primitivo americano de aproximadamente dez a quinze mil anos atrás, por outro lado, decreta, no artigo III, as medidas necessárias à desapropriação de terras particulares. Receberam indenização apenas alguns investidores em terras, que as adquiriram dos antigos moradores. Ou seja, somente receberam indenização aqueles que tinham “as manhas da lei” e que tinham com a terra uma relação de propriedade, no

sentido de terra enquanto capital, pois para as muitas famílias lá estabelecidas por várias gerações, para quem a terra tem outros significados que não os monetários, a lei foi implacável, expulsou-as simplesmente, obrigando-as a abandonar valores móveis e imóveis, materiais e afetivos. Concretamente, o Parque “engoliu” o trabalho, as casas, as roças, os pomares etc., só não “engoliu” as lembranças e as esperanças daqueles que hoje, já aposentados ou em vias de, visitam seus sítios, procuram refazer e preservar seus ranchos e plantar pequenas roças sob as árvores que não podem ser derrubadas.

Desde este dia em diante não pensei mais no Parque ou na Ilha como algo homogêneo, mas na infinidade de seus sítios: Salvaterra, Santa Cruz, Andrade, Pereirinha, Ipanema, Itacuruça, Jacareú, sítio do Cardoso, Barreirinho, Camboriu, Pedro Luis, e tantos outros.

Mas, voltemos ao sítio Salvaterra. A uns cinquenta metros mais acima localiza-se o rancho, uma casa de madeira de uns três cômodos, bem disposta num terreno mais plano e sob um calçamento de pedra, tendo ao seu lado direito as ruínas de uma antiga construção de pedras e nos fundos uma pequena roça. O rancho havia sido levantado no mesmo local onde, por volta de uns trinta anos atrás, estivera a casa dos pais dos três irmãos. O calçamento de pedra e a proximidade de uma jabuticabeira permitiu a eles precisar o local onde nasceram e onde se criaram.

Quanto às ruínas, foi o senhor mais velho do grupo que me contou sua história. Ele havia morado nela logo que se casou, vivendo aí por uns cinco anos antes de mudar-se para Cananéia. Nesta época ele mesmo a havia recuperado aproveitando seu andar térreo, pois tratava-se originalmente de um casarão de dois andares que um dos irmãos de sua mãe, que a criou, havia comprado em 1908 quando se casara. Disse-me que havia muitas outras ruínas destas espalhadas pela Ilha e que a do sítio Santa Cruz, vizinho ao Salvaterra, que logo depois conheci, era do seu avô materno. Nesta, sua mãe lhe contava que havia um quarto onde se enterravam os escravos no “tempo da escravidão”. Além das ruínas da casa

– alguns pilares, vestígios de paredes e calçamento –, há ainda as ruínas do engenho de seu avô e o canaleta de pedra que levava a água da cachoeira ao engenho. É possível, ainda, localizar-se no local um piso feito de cal de ostra que à época do engenho servira como “enxugador de café”, mais tarde foi reutilizado para “enxugar o arroz” antes de ser socado.

Em Marujá muito eu já havia ouvido falar do “tempo da escravatura”, tempo, aliás, que é do conhecimento de praticamente qualquer pessoa idosa nascida num sítio da IC. Para se compreender o profundo significado que este tempo assumiu na história local é importante observarmos a seguinte narração que ouvi quando de minha visita ao sítio Santa Cruz:

“No tempo que foi liberado os escravos, então, muitos ficaram alegres, outros ficaram tristes. Aí, tinha um patrão deles que era muito bom para eles e eles também eram muito bons para o patrão deles e eles estavam fazendo uma canoa de canela preta. Aí, o patrão falou assim: ‘Já que vocês estão fazendo a canoa e vocês são liberados fiquem com a canoa pra vocês dois’. Aí, fizeram tudo, banquiaram, tudo bem banquiadinho e [disseram]: ‘agora vamos dividir’. Aí, eles cortaram a canoa no meio” (JC-04/12/1993)

Certamente que é uma piada, como outras tantas que me divertiram nesta minha primeira visita aos sítios Salvaterra e Santa Cruz, pois “uma canoa cortada ao meio não tem nenhuma serventia, estaria inutilizada”, esclareceu-me o narrador desta piada.

É justamente desta familiaridade com o cotidiano cômico, e também com o nem tão cômico assim, do tempo da escravatura que podemos ir reconstituindo uma história que não está necessariamente perdida no passado, pois pertence também ao tempo presente. Ou seja, o conhecimento deste tempo da escravatura não foi adquirido através do livro didático, mas do repertório das lembranças de quem ouviu na infância as histórias de seus avós ou de seus próprios pais, pois num ou noutro caso o pai “já era menino grande quando acabou a escravatura” (MP, 18/07/1990).

Quanto à hidrografia da IC, esta parece ter sido condição natural significativa para seu povoamento pelo que tem sugerido a disposição das ruínas da Ilha e referências históricas. Muitas vezes o nome dos morros de onde partem as cachoeiras. A maior parte destas cachoeiras apresentam “considerável volume de água, sendo que de muitas se aproveitaram os antigos lavradores como força motriz para os seus engenhos de pilar arroz, de moagem de cana ou serrarias” (Almeida, 1946c, p.25).

Do sítio Salvaterra fomos a pé para o sítio vizinho, o Santa Cruz, onde conheci uma das raras famílias que resistiram à fiscalização à época da desapropriação, lá permanecendo apesar das perdas que isto significava, principalmente no que diz respeito às relações de vizinhança e, com certeza, às novas condições de vida impostas pela legislação ambiental. Com um dos membros desta família, que é primo de um dos senhores que me acompanhava, eu e o grupo seguimos mata a dentro por uma picada bem conservada. A picada que seguíamos nos levaria à proximidade das ruínas do casarão do Santa Cruz, acima referido, que hoje, já bastante coberto de mato, não está mais tão só pois desde o final do ano de 1992, ele participa silencioso da vida de uma pequena família de índios Guarani que para lá foram por autorização da prefeitura de Cananéia. Enquanto cruzávamos a roça dos Guarani em direção à cachoeira, que me haviam prometido conhecer, o senhor que reside no Santa Cruz e que tem observado as necessidades por que vêm passando os Guarani lamentou que não tivéssemos levado nenhum alimento para presentear-los. Disse-nos já ter feito esta crítica há poucos dias a uma pessoa que costuma levar turistas, estrangeiros principalmente, para conhecer os índios.

Percorrer este caminho até as ruínas do Sta Cruz, embora não muito longo (aproximadamente 2 Km), foi um dos acontecimentos mais significativos para minha pesquisa. Enquanto caminhávamos os dois primos iam recordando para eles mesmos e mostrando para mim o local onde há duas ou três décadas atrás erguia-se a casa de um e outro compadre e comadre, a localização de um pomar, de um terreiro, etc.

Nesta visita, a pesquisadora também aprendeu que, na realidade, não estava caminhando por uma mata original ou virgem, como por vezes pensamos quando visitamos áreas de preservação ambiental, mas pelo que se denomina de capoeira que são matas secundárias crescidas sobre antigos campos de cultivo, e que constitui uma parte da vegetação da planície de encosta da IC. Para os leigos, é quase impossível diferenciar uma mata virgem de uma capoeira, mas para os botânicos e lavradores isto é muito fácil pois as formações vegetais são tão diferenciadas a ponto de determinadas espécies vegetais ocorrerem em uma e não em outra. Mas este conhecimento não para aí, para o olhar do lavrador as características de uma capoeira permite precisar quantas roçadas aquele solo já suportou, qual tipo de cultivo ele recebera, e por quanto tempo a terra está descansando desde sua última colheita. O tempo de plantar dependia deste conhecimento pois este orientava a escolha de uma área para o roçado, o tipo cultivo que seria efetuado e a produtividade da colheita. O saber do lavrador-caçador-pescador da IC é uma somatória de conhecimentos geográficos, climáticos e biológicos, ele é um conhecedor dos solos, dos ventos, das estrelas, das águas, da fauna e da flora. Mas, este conhecimento não deve ser pensado apenas como complementar ao das várias áreas das ciências naturais, pois há nele um aspecto que estas ciências têm apresentado dificuldades para levar em consideração, trata-se do caráter integrativo entre o homem e a natureza.

Um exemplo desta integração pode ser avaliado pela quantidade e variedade faunística da IC. Não é preciso repetir que o Parque expropriou os sitiantes da Ilha de grande parte de seus valores materiais e afetivos com o intuito de melhor proteger e preservar o mundo natural, a rica fauna característica da Mata Atlântica, no entanto, quase todo ex-sitiente da IC avalia que a quantidade de animais de caça encontrados na Ilha hoje não se compara ao que havia na época dos sítios. Muitos deles, inclusive, eram verdadeiras pragas para as roças, como o porco do mato e o cateto. Os ex-sitiantes não crêem, porém, que tenha havido caça predatória após a expulsão dos moradores como ocorreu com o palmito, mas que os animais,

que de certa forma dependiam do alimento fornecido pelas roças e pelas árvores frutíferas, tenham migrado para o continente, pois até mesmo o tatu, bastante pesado, é capaz de cruzar a nado o canal de Ararapira, embora muitos deles morram. Se a condição de Parque pressupõe a proteção da fauna, fica sempre indicada a dúvida: “no tempo que era liberto para caçar havia caça e hoje não, por que?” (AM-06/12/1993).

A ILHA E SEUS MONUMENTOS

Muitos são os autores, antropólogos e historiadores, que têm procurado delinear, enquanto categoria histórico-cultural, as formas de valorização da natureza na sociedade ocidental (Tuan, 1980, 1983; Leach, 1985; Thomas, 1988; Corbin, 1989). Os meios mais industrializados da cultura ocidental, por exemplo, têm manifestado uma oposição extrema entre natureza e cultura (Moscovici, 1975). Esta dicotomia está estreitamente vinculada a outras oposições de seu pensamento que subentende um sistema de atribuição de valores, como tradicional/moderno, subdesenvolvido/desenvolvido, selvagem/domesticado, primitivo/civilizado, rural/urbano, estático/dinâmico, etc. (Le Goff, 1990).

Alguns destes estudos mostram também que a preocupação com o meio ambiente é uma questão bastante moderna (Thomas, 1988; Corbin, 1989; Williams, 1989). Isso significa que, enquanto objeto de estudo, a questão ambiental tem suscitado reflexões não apenas sobre a problemática atual da relação homem-natureza mas também sobre a história desta relação. Se a história ocidental não é explicitamente uma história ambiental, podemos apreender as práticas sociais da natureza “pelas idéias que uma sociedade tem de si mesma, pela idéia que ela tem de seu meio ambiente e pela idéia que tem de sua intervenção sobre este meio ambiente” (Descola, 1988, p.19).

Assim, descrevendo minimamente os aspectos paisagísticos e ecológicos da IC, procurou-se transmitir as condições sob as quais se justifica a existência do Parque, criar a imagem que inicialmente nos faz sentido sobre o Parque, o de ser um raro exemplo de preservação da Mata Atlântica. A descrição de Marujá como balneário turístico reificou também a imagem paisagística anterior. Mas, em Marujá começou a delinear-se um contraponto entre um *tempo-espaço antigo* e um *tempo-espaço presente*.

Desta forma, na segunda parte do texto, o sítio (tempo-espaço de antigamente) foi se introduzindo nos contornos de uma “paisagem de grande valor cênico” e, assim, a Ecologia foi cedendo lugar à História. Como numa viagem no tempo-espaço, descortinou-se uma época imediatamente anterior à existência do Parque, a dos sítios.

O trabalho de campo não me possibilita a observação direta de um modo de vida, ou modo de apropriação do espaço IC anterior ao Parque, mas a reconstrução deste através dos relatos dos ex-sitiantes e também a reconstrução deste a partir de indícios ou marcas inscritos no próprio espaço IC, que são também referenciais concretos para as lembranças a mim narradas, não especificamente necessários para o processo de evocação da memória mas extremamente importantes quando enfocados como, digamos, marcas de expressão impostas sob a face da IC.

Certamente, a partir da relação entre memória social (ou coletiva) e história, estarei aqui, tanto quanto Bosi (1987) e Le Goff (1990), procedendo a variações sobre um tema tão caro às ciências sociais, o de que “a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (Le Goff, 1990, p.426).

Quanto a estes silêncios da história e no que diz respeito às populações litorâneas, Diegues referiu-se provocativamente, durante o

Seminário Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, a um problema ético: “ponham-se na pele dessas populações caiçaras que historicamente foram marginalizadas pelos grandes ciclos econômicos. Começaram a perder daí, foram empurradas para os remanescentes de mangues e florestas em lugares normalmente íngremes que ninguém queria viver há cinquenta anos atrás, desenvolvendo uma convivência até bastante harmoniosa com essa realidade. De repente chega o Estado e diz: olha Senhores, muito obrigado pelo seu papel histórico e ponham-se na rua” (1991, p.19).

Não é apenas pelo fato de grande parte de nossa história ser ainda de caráter oral que a faz ser escamoteada no âmbito das diretrizes governamentais, mas devido também ao lugar que ela ocupa num sistema de valores mais abrangente: memória/história, antigo/moderno, rural/urbano etc.

Quanto a este aspecto, e ligado à própria produção do conhecimento sociológico, Martins (1986, p.17) observa que a Sociologia surge já caracterizada pela ambigüidade própria das condições sociais e históricas em que nasceu – da antítese conservadorismo/racionalismo surgem os pares de idéias opostas: comunidade/sociedade, autoridade/poder, status/classe, sagrado/profano, alienação/progresso –, e, assim, uma reflexão crítica sobre a dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo, expressa através da particularização do conhecimento em Sociologia e Sociologia Rural, deve levar em consideração a ambigüidade de origem da Sociologia.

A importância de Martins para este estudo é que ele me ajuda a compreender o lugar da natureza no sistema de valores da sociedade ocidental e, conseqüentemente, o lugar dos homens na sociedade ou o tipo de relação entre os homens sob um dado sistema de valores para com a natureza.

Para Martins, “a hipótese consiste basicamente em que a *ambigüidade de origem da sociologia* desdobra-se [em] *dicotomias* [tradicional/moderno, rural/urbano, tradicional/racional, pré-capitalista/capitalista etc.], *de tal modo que em cada termo da dicotomia não haja ambigüidade e que na interpretação da vida o mundo é que pareça ambíguo*” (1986, p.23; grifos do autor).

A Sociologia Rural surge da necessidade de explicação para uma situação de crise de duas dimensões: a da migração do campo para a cidade e, conseqüentemente, o despovoamento do campo; e a da invasão do campo pelas cidades e, conseqüentemente, a urbanização do meio rural. Neste aspecto algumas questões são colocadas: a crise é do sistema social global ou do sistema social rural; e, ainda, o que é o rural (Martins, 1986, p.24-26). Ao arrolar as várias características do rural, Martins salienta uma que para ele “sobra” nas tendências da Sociologia Rural, a da diferença ambiental, ou seja, na polarização rural-urbano a preponderância da natureza sobre a vida social rural aparece como marcante. Mas, a natureza não é vista aí como historicamente determinada, ou seja, “como configuração determinada pelo estado das relações cidade-campo. A natureza aí, portanto, não aparece relativizada e redefinida na sua significação em termos sociais e históricos. Ela aparece como entidade reificada, como coisa alheia à interferência e produção humanas, como dimensão causal. O rural seria, portanto, nesse contexto, um rural natural. (...) Nesse caso, a constatação implicitamente contém a idéia de que o mundo está polarizado em rural e urbano, o pólo rural tem uma existência anormal no conjunto da realidade e essa anormalidade advém de que o rural ainda é natural” (1986, p.29). Desta forma, a superação da crise e a questão das transformações sociais advindas da relação campo-cidade têm sido enfocadas evolutivamente, como a superação do rural pelo urbano (1986, p.33).

Certamente o rural existe pois, conforme Martins, o rural não é uma ficção, ele existe como resultado de uma forma específica de construção da realidade social da sociedade capitalista. O rural, portanto, “é um ponto de partida, mas não pode ser, ao mesmo tempo, o ponto de chegada” (1986, p.37), significando então que na construção de um objeto sociológico não é possível prescindir-se da análise crítica do processo histórico.

Quando eu digo que, a partir da memória de meus entrevistados, eu tive acesso às informações sobre o modo de vida dos sítios da IC, isto não significa, no entanto, que eu vá apenas tentar reconstruir este modo de vida,

ou seja, não pretendo apenas (re)tirar desta memória a forma de uma organização social de nosso passado histórico, mas tentar refletir sobre o sistema de valores mais abrangente do qual aquele modo de vida faz parte, refletir sobre o tempo presente de simultaneidade de tempos-espacos. Esforço-me, portanto, em não descaracterizar dimensões tão diversas, como as de local e global e memória e história, e ao mesmo tempo propor a existência de um objeto que está na intersecção destas dimensões.

Recordando, Martins detecta que a diferença ambiental é o que “sobra” entre as várias diferenças entre campo e cidade apontadas pelas diferentes tendências da Sociologia Rural. A tendência a enfocar o rural como natural (e, conforme o autor, o urbano como social), em função da ausência de relativização de sua posição social e histórica, não parece configurar a situação atual em que partes (ou fragmentos) deste rural é concebido como natureza intocada (ou intocável), como natureza reificada, “como coisa alheia à interferência e produção humana”? Se o rural costuma preencher um lugar no sistema de valores abrangente, o de uma condição a ser superada em função da idéias de modernização e desenvolvimento (perspectiva evolucionista do processo histórico), por exemplo, e, neste aspecto, sua posição histórica tem sido também a de um tempo passado (tradicional) a ser superado, então, qual é a posição das áreas de preservação neste mesmo sistema de valores? Será que ao destinar áreas deste rural à preservação não se estará naturalizando-o duplamente? Neste sentido, os fragmentos deste “rural natural” agora preservados não estão como que fora da história, isto é, enquanto áreas designadas à preservação devido certas qualidades especiais compatíveis à idéia da natureza *em si* não estariam elas como que representando uma existência a-histórica?

Este raciocínio permitiu desviar minha perspectiva para o Parque enquanto um “estado das coisas”, gerado a partir de um acontecimento que tem algo a dizer sobre nossa sociedade.

Para Nora (1976, p.181-3), há na atualidade uma verdadeira produção do acontecimento, estritamente ligada à chamada mundialização. Desta

forma, a história deixou de ser algo do passado para ser, a partir da *mass media* o imediatamente vivido. A problemática ambiental é algo imediatamente vivido mesmo que não numa “participação ativa [pois grande parte da humanidade “sofre-a” a partir dos meios de comunicação apenas], mas está ligada à inquietação, à angústia da História contemporânea” (Nora, 1991, p.47). Desta forma, não é difícil sugerir que a história *mass media* também assuma um aspecto de experiência vivida. O ouvir dizer sobre o maravilhoso (natureza intocada), sobre as profecias do final dos tempos (destruição da vida sobre a Terra) ou da redenção da humanidade (proteção e preservação do mundo natural), etc., tanto quanto a experiência ativa concreta fixa-se na memória como se fosse experiência vivida e plena de significado.

Para retirar do *locus* deste estudo o caráter de “acontecimento produzido” conforme Nora, vou pensá-lo como um acontecimento memorável, pois cada vez que um governante decreta uma determinada área à preservação do mundo natural, temos motivos para comemorar mudanças de postura perante a natureza. Desta forma, paralelamente e enquanto parte do acontecimento *mass media*, há acontecimentos memoráveis dignos de nota e indiscutíveis enquanto fatos históricos. É desta forma que concebo a transformação da IC em Parque Estadual em 1962. Agora, uma coisa é discorrer sobre quando e onde surgiram os primeiros parques nacionais ou estaduais ou outras unidades de conservação, como foram implantados, etc., outra coisa é tentar refletir sobre o que diz o Parque acerca da sociedade que o erigiu. O PEIC é um monumento à preservação ambiental, um monumento que diz algo, “fala” sobre uma humanidade redimida de seu mal maior, o de ter processado ao longo de séculos a destruição contínua e implacável do mundo natural.

O termo *Monumento Natural* aparece explicitamente desde as primeiras disposições governamentais acerca da preservação ambiental⁸, porém, o

⁸A constituição brasileira de 1934, que “definiu as responsabilidades da União em proteger belezas naturais e monumentos de valor histórico, afirma em seu artigo 134 que

raciocínio aqui desenvolvido segue também a linha de Serrano (1993) sobre *A invenção do Itatiaia*, estudo em que a autora reconstrói o processo histórico de monumentalização de uma parte da Serra da Mantiqueira, concebida como “lugar exemplar da natureza”, o Parque Nacional do Itatiaia (divisa dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro). Conforme Serrano, “inventar-se com os parques nacionais um espaço próprio para a natureza intocada. Ocorrendo, assim, algo como a definição pelo homem de espaços a serem protegidos dele mesmo” (1993, p.25).

Os requisitos das áreas destinadas à preservação, bem como os objetivos gerais e definidores dos parques parecem mesmo fazer justiça à idéia de monumento⁹, ou seja, como uma obra que tem como objetivo testemunhar e perpetuar para a sociedade determinados valores de sua história, os legados considerados dignos de memória, conforme Le Goff (1990, p.535-53).

os monumentos históricos artísticos e naturais gozam de proteção e cuidados especiais da Nação, dos Estados e Municípios” (Diegues, 1993:34).

⁹Anexo do Decreto n.25.341, de 04/06/1986 – Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas: Art.1º, parág.3º- O objetivo principal dos Parques Estaduais reside na preservação dos ecossistemas englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem.

Art.2º Serão considerados Parques Estaduais as áreas que atendam às seguintes exigências:

I – possuam um ou mais ecossistemas totalmente inalterados ou parcialmente alterados pela ação do homem, nos quais as espécies vegetais e animais, os sítios geomorfológicos e os “habitats” ofereçam interesse especial do ponto de vista científico, cultural, educativo e recreativo, ou onde existam paisagens naturais de grande valor cênico;

II – tenham sido objeto, por parte do Estado, de medidas tomadas para impedir ou eliminar as causas das alterações e para proteger efetivamente os fatores biológicos, geomorfológicos ou cênico que determinaram a criação do Parque Estadual [sobre o Plano de Manejo (Art.7º): VI – Zona de Recuperação: é aquela que contém áreas consideravelmente alteradas pelo homem. (...) As espécies exóticas introduzidas deverão ser removidas e a restauração deverá ser natural ou naturalmente agilizada. O objetivo geral de manejo é deter a degradação dos recursos ou restaurar a área];

III – condicionem a visitação pública a restrições específicas, mesmo para propósitos científicos, culturais, educativos ou recreativos.

Mesmo que o debate atual sobre a questão da preservação ambiental já contemple a problemática da situação das populações residentes em tais áreas, cujo argumentação básica consiste no reconhecimento da relação existente entre diversidade biológica e diversidade cultural, a visão ainda dominante de preservação no Brasil é, conforme Diegues (1993), ainda extremamente conservadora, no sentido de privilegiar a idéia de uma natureza intocável, de grande valor cênico e científico.

A idéia do monumento permitiu-me detectar mais claramente as diferentes apropriações da Ilha. Para Le Goff (1990), não existe a memória coletiva bruta, e, neste caso, o autor se refere tanto à forma de explicitar a história nas sociedades sem escrita quanto naquelas com escrita. O que se pretende conservar e transmitir como história para as gerações futuras é sempre uma seleção, consciente ou inconsciente (intencional ou não), efetuada sobre o conjunto dos acontecimentos compartilhados coletivamente. O monumento é uma das formas de perpetuação dos acontecimentos memoráveis, que permitem a evocação de certos contextos do passado de uma dada sociedade ou cultura. Até mesmo o documento escrito, verdadeiro testemunho para a escola positivista, pode ser enfocado como um monumento escrito. “Todo o documento é mentira. (...) qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por demonstrar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” (1990, p.548). E, ainda, na ausência dos documentos escritos mitos, sonhos, fábulas, palavras, paisagens, árvores, campos de cultivo, pedras, enfim tudo o que de alguma forma expresse o homem são os documentos da história.

Como um “monumento-documento” de nosso tempo sobre a idéia de natureza e um tipo de relação homem-natureza, o PEIC “fala”, a partir do seu não-dito (o esquecido), da multiplicidade do tempo, ele expressa os muitos semblantes do tempo. Já demonstrei como o tempo-espaco dos

sítios emergiram, semelhante à descoberta do olho mágico, como que por trás do Parque. Não se trata, porém, de um tempo-espaço “morto”, enterrado no passado, pois os sítios permanecem atuantes na forma dos existantes conceberem a IC ainda hoje: as pessoas não pensam na Ilha mas nos sítios, nos nomes dos sítios e nos nomes das famílias que compunham estes sítios; pensam nas cachoeiras de onde provinha a água de beber, de banhar, de lavar; pensam nas árvores frutíferas de seus próprios sítios e naquelas herdadas que estão localizadas em outros sítios; nas ruínas de suas casas ou de seus parentes, ou nos vestígios (uma árvore, um calçamento de pedra, uma capoeira) que permitem localizá-las, etc.

Em síntese, os diferentes indícios (Mata Atlântica, manguezal, rios e cachoeiras, mar, animais, flores, árvores frutíferas, capoeiras, ruínas etc.) observados sugeriram diferentes formas de apropriação da IC. Neste sentido, o olho mágico consiste em enfocar diferentes modos de valorização de um mesmo espaço, talvez até seja possível dizer que a observação nos revelou uma mágica: a capacidade criativa dos sistemas sócio-culturais de estabelecer diferentes tipos de relação homem-natureza.

Como monumento-documento, o PEIC informa sobre a sociedade que o produziu e, portanto, ao selecionar o que deve ser transmitido ele é memória e esquecimento. Desta forma, ele é verdadeiro porque simboliza para a história contemporânea, angustiada sobre o peso de um sistema de práticas e valores que ameaça sua própria sobrevivência, a redenção e a esperança. É portanto uma obra memorável. Ele é falso porque é esquecimento (voluntário ou involuntário), da história dos sujeitos que contribuíram para sua conservação, portanto, por significar a reprodução de um sistema de valores e práticas, que ao longo de sua própria história tem esquecido (escamoteado) tudo e/ou todos que não conduzem com suas idéias de desenvolvimento.

Retomando Nora (1976), talvez, deveríamos nos perguntar por que estes acontecimentos do *mass media* fixam-se ou adquirem significados – inquietam e angustiam a história contemporânea. As críticas às ideologias do

progresso e da modernização, por exemplo, produzem uma “desconstrução” sobre o sistema de valores da história ocidental, e assim aquelas idéias apresentam-se como os mitos das sociedades ditas complexas. O que significará então a “necessidade” ou o desejo da busca de uma natureza *em si*, preservada como que numa pureza primordial, como o esforço de edenização de um tempo-espço? O PEIC é um monumento-documento de nosso tempo sobre a busca e a preservação de uma natureza *em si*? Será, então, mais um de nossos mitos?

ABSTRACT: This essay is a reflex about the use of legal diplomas as a manner in wich the brazilian society values nature. It compares two different societies living in the Cardoso island State Park, in relation to their perception to the legal diplomas. It questions if this document, does not represent a form of payment to the natural world, this is, if I pay I can destroy; and voluntary or involuntary, would not be reproducing a dicotomy nature-culture so common in the westerns societies, as observed by the social sciences.

KEYWORDS: anthropology, environmental thematic – São Paulo, nature, value system.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A.P.de O forte da Ilha Comprida: a Ponta da Trincheira, uma lenda interessante. *Rev. Arquivo Municipal*, São Paulo, vol.XX, AnoII, fev.,1936a.
- _____. O padrão de Cananéa. *Rev. Arquivo Municipal*, São Paulo, vol.XXX, Ano III, dez., 1936b.
- _____. Da decadência do litoral paulista. *Rev. Arquivo Municipal*, São Paulo, vol. CVII, Ano. XII, 1946a.
- _____. Da ação dos piratas e fortificações do litoral. *Rev.Arquivo Municipal*, São Paulo, vol. CIX, Ano XIII, jul/ago., 1946b.
- _____. Memória histórica da Ilha do Cardoso. *Rev. Arquivo Municipal*, São Paulo, vol.CXI, Ano XIII, 1946c.

- _____. Memórias memoráveis. *Rev. Arquivo Municipal*, São Paulo, Vol.CXX, Ano XV, out/nov/dez., 1948.
- _____. A Ilha Comprida. *Rev. Arquivo Municipal*, São Paulo, vol. CXXXVII, Ano XVII, out/nov/dez., 1950.
- _____. As grandes enchentes. *Rev. Arquivo Municipal*, São Paulo, vol CXLII, Ano XVIII, ago.1951.
- ÂNGELO, S. et alii *Ilhas do litoral paulista*. São Paulo: Secr.do Meio Ambiente/ Div. de Reservas Estaduais, Secr. da Cultura/ Condephaat/ USP-Dep.Geografia, 1989.
- BACHELARD, G. *O novo espírito científico*; A poética do espaço. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Pensadores).
- _____. *A terra e os devaneios do repouso*: ensaio sobre as imagens da intimidade. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BOSI, E. *Memória e sociedade*. São Paulo: Edusp, 1987.
- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*; Estudos sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.
- Consórcio Mata Atlântica – Universidade Estadual de Campinas (org.). “Reserva da Biosfera da Mata Atlântica”, *Anais do Seminário Nacional*. Campinas/ São Paulo, 1991.
- CORBIN, A. *O território do vazão*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- DESCOLA, P. *La selva culta*. Ecuador: Ediciones Abya-Yala; Instituto Francés de Estudios Andinos (IFEA), 1988.
- DIEGUES, A.C.S.A. Pesca e marginalização no litoral paulista. São Paulo, 1973. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. In: Consórcio da Mata Atlântica – Universidade Estadual de Campinas, cima.

- _____. *Populações tradicionais em Unidades de Conservação: o mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre População Humana e Áreas Úmidas do Brasil, 1993. (Série: Doc.e Relatórios de Pesquisa, n.1).
- FUKUI, L.F.G. *Sertão e bairro rural* (parentesco e família entre sitiantes tradicionais). São Paulo: Ática, 1979.
- Fundação SOS Mata Atlântica *Dossiê Mata Atlântica*. São Paulo: Fund.SOS Mata Atlântica. 1992.
- Jornal *O Estado de S.Paulo*, 25 de julho de 1993. Ecologia – Ameaçado controle ambiental da Ilha do Cardoso.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Ed.Unicamp, 1990.
- LEACH, E. “Anthropos”; “Natureza/Cultura”, in: *Enciclopédia Einaude*, vol.5, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.
- LECOCQ-MULLER, N. *Tipos de sitiante em algumas regiões do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1946. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MARTINS, J.de S. As coisas no lugar (da ambiguidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo). In: MARTINS, J.S. (org.) *Introdução crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MOSCOVICI, S. *Sociedade contra natureza*. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.
- MOURÃO, F.A. *1971 *Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial*. São Paulo, 1971. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MUSSOLINI, G. Cultura Caiçara. In: CARONE, E.(org.) *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Col. Estudos Brasileiros, v.38).
- NORA, P. O retorno do fato. In: LE GOFF, J. (comp.) *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- OLIVEIRA, L.H.D.C.L. (coord.) *Curso de integração: ambiente, preservação e educação*, São Paulo: Coord. da Pesq. de Recursos Naturais, Secr. de Agric.

- e Abastecimento, Dep.Estadual de Proteção de Recursos Naturais, s.d. (Programa Permanente de Educação Ambiental).
- PEREIRA DE QUEIROZ, M^a I. (orient.) *Vale do Ribeira – Pesquisas Sociológicas*. São Paulo: Convênio DAEE-USP, 1967.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M^a I. & GARCIA, L.F. “sitiente brasileiro e as transformações de sua situação sócio-econômica” *Cadernos*, n.1, 1^a Série, mar.1968. Centro de Estudos Rurais e Urbanos -CERU.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M^a I. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- SERRANO, C.M^a de T. *A invenção do Itatiaia*. Campinas, 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.
- SILVA, W.S.da & FORNASARI Filho, N. *Unidades de conservação ambiental e áreas correlatas no Estado de São Paulo*. São Paulo: Inst. de Pesq. Tecnológicas-IPT, 1992.
- THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- THOMPSON, E.P. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TSUKIOKA, C.G. De Itaquatiara a Parque Estadual da Ilha do Cardoso: o sentido da mudança, XII Encontro de Etologia, *Anais de Etologia* n.12, 194.
- TUAN, Yi-Fu *Topofilia*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980.
- _____. *Espaço & lugar*. São Paulo: Difel, 1983.
- WILLIAMS, R. *O campo e a cidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- WOORTMANN, E.F. O sítio camponês. *Anuário Antropológico/81*, Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983.